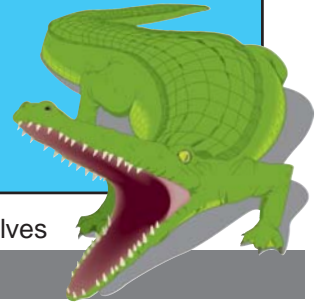




**SINDICATO NACIONAL  
DOS APOSENTADOS**

# Boletim do **JACARÉ**

**Editor Chefe:**  
Darci Callegari,  
o Jacaré  
**Diretor Nacional  
de Comunicação**



**Reportagem:** Edson Baptista

**Diagramação:** Jaime Alves

Ano IV - nº 142 - de 24 a 30 de outubro 2008



**Prezados(as)  
Companheiros(as),**

## **DIRIGENTES DO SINDNAPI EM BRASÍLIA**

Diversos dirigentes do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical de todo território nacional estiveram em Brasília no dia de ontem (29), para participarem, na parte da manhã, de uma audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara sobre a recuperação do poder de compra dos aposentados e do fim do fator previdenciário. Na parte da tarde, se dirigiram ao Palácio do Planalto para participarem da cerimônia de entrega do Prêmio ODM Brasil, criado para incentivar ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, iniciativa pioneira no mundo, proposta pelo Governo Federal na abertura da I Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2004, e que conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Esta foi a segunda edição do Prêmio e contou com 1.062 práticas inscritas, das quais 20 foram contempladas. As oito iniciativas que ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são: 1 – Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2 – Educação básica de qualidade para todos; 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 – Reduzir a mortalidade infantil; 5 – Melhorar a saúde das gestantes; 6 – Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8 – Estabelecer parcerias para o desenvolvimento. Neste ano receberam o Prêmio: Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca (RO); Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE (SP); Associação Saúde Criança Renascer (RJ); Comunidade dos Pequenos Profetas (PE); Cooperativa Agroindustrial Consolata – COPACOL (PR); Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso – COORIMBATÁ (MT); Fundação Odebrecht (BA); Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (CE); Movimento de Organização Comunitária (BA); Salus Associação para a Saúde – Núcleo Salus Paulista (SP); Sociedade 1.º de Maio de Novos Alagados (BA); Universidade do Estado do Amazonas (AM); Prefeitura Municipal de Ananindeua

(PA); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG); Prefeitura Municipal de Curitiba (PR); Prefeitura Municipal de Diadema (SP); Prefeitura Municipal de Itaipava (CE); Prefeitura Municipal de São Vicente (SP); Prefeitura Municipal de Sobral (CE); e Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (SP).

### **INSS OBRIGADO A AUMENTAR SEGURANÇA**

A Segunda Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro determinou que o INSS aumente a segurança das agências em que há perícia médica. Segundo a decisão do juiz federal Gustavo Arruda Macedo, o INSS terá 90 dias para instalar portas com detecção de metais e câmeras com sistema de gravação para garantir a segurança dos médicos. “Essa é uma decisão pioneira no Brasil que pode ser considerada uma medida preventiva diante da negligência do INSS. É uma vacina contra futuras mortes”, afirmou o presidente do Sindicato dos Médicos, Jorge Darze, que entrou com a ação. Ele criticou o sistema usado até agora pelo INSS de instalar pórticos detectores de metais, que avisam se a pessoa está portando armas, facas, ou tesouras, mas não impedem o ingresso nas agências: “Aquilo e nada é a mesma coisa. Já a porta trava e impede a entrada da pessoa”. Em 2006, uma médica foi morta em Minas Gerais ao descobrir um esquema fraudulento. No ano passado, outro perito levou um tiro numa agência, também em Minas Gerais. A Assessoria de Imprensa do INSS informou que o órgão já foi notificado e ainda analisa se vai recorrer da decisão.

### **SENADOR QUESTIONA DECISÃO**

O senador Heráclito Fontes (DEM-PI) questionou decisão do Conselho de Gestão da Previdência Complementar que aprovou resolução transferindo recursos do Fundo de Pensão do Banco do Brasil (Previ) para o próprio BB. O patrimônio da Previ, disse, é de pelo menos R\$ 80 bilhões. A Resolução N.º 26, publicada no Diário Oficial de 1.º de outubro, determina a “reversão de valores” dos fundos aos seus patrocinadores, no caso da Previ, o Banco do Brasil. Na opinião do senador, emitida em discurso no último dia 22, em Plenário, o Conselho está “exorbitando e extrapolando” suas funções e usurpou um poder que é do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, pois não cabe a ele agir para reverter valores ao patrocinador contrariando interesses dos participantes e dos assistidos pelos planos de benefícios. Tal atitude, argumentou, pode trazer insegurança ao equilíbrio do plano e colocar em xeque a subsistência dos aposentados e

pensionistas e de todas as entidades fechadas de previdência complementar do país. “Temos que ter em mente que este dinheiro não pertence aos dirigentes da Previ e muito menos ao governo. E não podemos permitir que este patrimônio seja colocado em risco”, afirmou. Em aparte, o senador Antônio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que o dinheiro obtido com a transferência de recursos da Previ será utilizado para a compra da Nossa Caixa, banco estatal de São Paulo, e do Banco de Brasília (BRB). Os recursos dos fundos de pensão são destinados a proporcionar benefícios a seus participantes. Se esses recursos são bem geridos e geram lucros, obviamente que esses devem ser revertidos aos participantes. O patrocinador não participa de um fundo de pensão para obter vantagens para si, mas para contribuir para o bem-estar de seus participantes. No caso da Previ, ao longo dos anos tiveram seus recursos aplicados em negociatas e seu patrimônio dilapidado em sucessivos governos que fizeram uso da Previ para atender interesses dos amigos do poder. E agora novo passa mão. O Conselho de gestão da Previdência Complementar é presidido pelo ministro da Previdência, José Pimentel.

## **PENSÕES RETROATIVAS À DATA DA MORTE**

O Ministério Público Federal enviou uma recomendação para que o INSS pague pensões, por morte, a dependentes e incapazes a partir da data da morte do segurado e não mais no dia do requerimento administrativo, como vem sendo feito hoje. Segundo o procurador da República José Soares, autor da recomendação, muitos menores acabam sendo prejudicados por uma demora do seu representante legal a entrar com o requerimento. O procurador explica que se, por exemplo, o pedido do benefício para o INSS só for feito 30 dias depois da morte, o pagamento não será feito de forma retroativa até a data do óbito. A idéia de entrar com a recomendação partiu do caso de uma menina que, apesar de ter perdido a mãe em maio de 2001, só recebeu pensão a partir de julho de 2007, quando seu representante fez o pedido. Com isso, foram perdidos mais de seis anos de pensão. De acordo com o Ministério Público, o INSS tem 30 dias para aceitar a recomendação. O procurador José Soares informou que, por se tratar de um pedido não-judicial, o instituto tem o direito de não acatar. Mas, segundo ele, se o pedido for rejeitado, o MPF vai entrar com uma ação na Justiça para que a recomendação seja obrigatória.

## **COMÉRCIO DE TRÊS LAGOAS APELA AOS APOSENTADOS**

A cidade de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, teve recentemente a instalação de diversas indústrias. Muitos trabalhadores que estavam no setor do comércio migraram para essas indústrias, o que fez com que muitas vagas fossem abertas. O sindicato da categoria estima que pelo menos 300 pessoas serão preciso para suprir a deficiência de profissionais e já chegou até a anunciar as vagas durante a missa de domingo, mas não adiantou. Com a proximidade do

fim do ano, quando as vendas tradicionalmente são recordes no ano, o problema está se agravando. Diante disso, o presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio realizou uma reunião junto à Federação dos Trabalhadores no Comércio de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, que se comprometeu em auxiliar na busca de soluções. Como alternativa já colocada em prática, começou a contratar aposentados, apesar da maioria não ter qualificação para esse tipo de trabalho. “Antes tínhamos filas enormes de pessoas lutando por uma vaga no comércio. Hoje, a situação se reverteu e mesmo anunciando nas igrejas, nas missas de domingo, não temos conseguido pessoal suficiente para suprir a demanda que o comércio exige, ainda mais agora, prestes a entrar no bom período de vendas de final de ano”, comentou o presidente do sindicato, Eurides Silveira de Freitas. Os empresários do comércio esperam que a situação piore na hora de contratar a partir de janeiro, quando uma multinacional irá iniciar as atividades oferecendo centenas de vagas, além de uma empresa de cosméticos, que oferecerá empregos para 300 mulheres. Dados do Ministério do Trabalho apontam que no primeiro semestre deste ano o mercado formal de Três Lagoas gerou 1.581 novas vagas de trabalho, com um crescimento de 136% em relação às 670 geradas no mesmo período do ano passado.

## **PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Enquanto nossa Previdência vive inventando fórmulas miraculosas para fazer com que a vida daqueles que estão em vias de se aposentar ganhe um imenso ponto de interrogação, deixando-os na dúvida se o momento é adequado, as instituições financeiras que vendem a previdência privada estão cada vez mais auferindo lucros exorbitantes. É o caso do grupo Bradesco de Seguros e Previdência, que obteve, de janeiro a setembro deste ano, lucro de R\$ 2,1 bilhões. Esse valor equivale a 35% do lucro da ordem de R\$ 6,05 bilhões que o banco acumulou no período. Por estes números, deduzimos que os trabalhadores que pretendem não ser vítima dessas fórmulas dos tecnocratas que nunca leva em consideração o valor com que o trabalhador mensalmente contribuiu para a Previdência, abra mão mensalmente de uma importância para assegurar um futuro mais tranquilo para si e sua família, sem cair nas armadilhas do INSS, cujo objetivo é minguar cada vez mais o reajuste dos benefícios, de modo que, com o passar dos anos, este mesmo segurado, que tinha um benefício mais elevado, passe a receber tão-somente um salário mínimo, isso até não arranjam uma maneira de modificar a Constituição e acabarem também com a cláusula que diz que nenhum aposentado ou pensionista possa receber menos de um salário mínimo.

***Um abraço a todos  
Jacaré***

***Até a próxima.***